

Bruxelas, 20 de maio de 2025
(OR. en)

8690/25

MOG 42
YEMEN 2
CFSP/PESC 666
COPS 197

RESULTADOS DOS TRABALHOS

de: Secretariado-Geral do Conselho
data: 20 de maio de 2025
para: Delegações

Assunto: Conclusões do Conselho sobre o Iémen

Envia-se em anexo, à atenção das delegações, as conclusões do Conselho sobre o Iémen aprovadas pelo Conselho dos Negócios Estrangeiros na sua reunião de 20 de maio de 2025.

CONCLUSÕES DO CONSELHO SOBRE O IÉMEN

1. Recordando as suas anteriores conclusões do Conselho sobre o Iémen de dezembro de 2022 e o seu compromisso de apoiar o povo do Iémen, a UE manifesta a sua profunda preocupação com a grave deterioração da segurança no Iémen e apela a todas as partes para que respeitem as obrigações que lhes incumbem por força do direito internacional, incluindo o direito internacional humanitário. A UE condena veementemente as ameaças e os ataques indiscriminados dos hutis contra o transporte marítimo internacional no mar Vermelho e no golfo de Adém, bem como contra Israel. Estes ataques ameaçam diretamente a paz e a estabilidade regionais, o comércio mundial e a liberdade de navegação enquanto bem público mundial e a já terrível situação humanitária no Iémen. Após uma década de conflito no Iémen, a trégua mediada pelas Nações Unidas revela-se mais frágil do que nunca, e o risco de uma nova escalada a nível interno e na região continua a ser elevado. No contexto dos ataques hutis, os esforços de paz liderados pelas Nações Unidas estão estagnados, a proliferação de armas e as ameaças terroristas estão a aumentar no Iémen e na região, enquanto a situação humanitária no país continua a deteriorar-se de forma preocupante e continuam a registar-se graves violações e atropelos dos direitos humanos. Neste momento crítico, é necessário evitar o regresso a uma guerra total, que não só seria desastroso para a população iemenita como também poderia ter efeitos colaterais negativos em toda a região, bem como para a segurança marítima e a liberdade de navegação no mar Vermelho. Ao mesmo tempo, a situação no Iémen é profundamente afetada pela dinâmica regional.
2. Num contexto de evolução preocupante, e num contexto de risco crescente de reacendimento dos combates internos, a UE apela a uma nova dinâmica dos esforços de paz no Iémen. A UE reitera o seu firme apoio à mediação das Nações Unidas e às iniciativas regionais que visam um cessar-fogo sustentável no Iémen, o fim dos ataques no mar Vermelho e contra Israel, bem como o regresso das partes a negociações significativas com vista a uma solução política inclusiva que aborde as dimensões política, económica e de segurança do conflito. A paz e a estabilidade no Iémen são também essenciais para a segurança da região do Golfo e do mar Vermelho, pelo que o diálogo regional continua a ser fundamental. Empenhada na unidade, soberania, independência e integridade territorial do Iémen, a UE continuará a apoiar firmemente o enviado especial das Nações Unidas para o Iémen e a sua equipa através de meios diplomáticos e da facilitação e financiamento de iniciativas da vertente I e da vertente II. A UE saúda os esforços em curso dos intervenientes regionais para abrir caminho a uma solução política e a uma paz duradoura no país. A UE está disponível para reforçar o seu envolvimento

direto na facilitação do regresso das diferentes partes ao diálogo, com vista a alcançar uma solução política inclusiva.

3. A UE reconhece a disponibilidade do Governo do Iémen para assumir a responsabilidade e a liderança do processo. A UE continuará a apoiar o Governo do Iémen e o Conselho de Liderança Presidencial nos seus esforços para fazer avançar as reformas e a boa governação, nomeadamente através do plano de reforma global do Governo, sublinhando simultaneamente a importância crucial da unidade e da presença contínua na capital temporária Adém. A UE continuará também a apoiar a Comissão de Consulta e Reconciliação enquanto principal plataforma de diálogo institucional para os partidos políticos no Iémen. A UE insta o Governo do Iémen e o Conselho de Liderança Presidencial a reforçarem a unidade interna e a melhorarem a prestação de serviços e direitos básicos ao povo iemenita, que são essenciais para a estabilidade política e económica do país. A UE está igualmente pronta a intensificar os esforços de apoio à sociedade civil iemenita.
4. Num contexto mais amplo, a UE recorda os votos positivos do Iémen na Assembleia Geral das Nações Unidas que condenam a agressão da Rússia contra a Ucrânia e apela ao Iémen para que continue a apoiar a integridade territorial da Ucrânia, a proteção da ordem internacional assente em regras e a alcançar uma paz abrangente, justa e duradoura na Ucrânia, em consonância com os princípios da Carta das Nações Unidas.
5. A UE está seriamente preocupada com a deterioração da situação económica no Iémen, marcada pela elevada inflação, pela constante depreciação da moeda e por uma crise bancária alarmante. A UE está disposta a apoiar o Governo do Iémen no desenvolvimento de uma governação unificada, inclusiva, sustentável e economicamente sólida para combater a corrupção, reforçar a responsabilização, melhorar a arrecadação de receitas, promover a reunificação do sistema bancário e atenuar os riscos humanitários. Para o efeito, a UE apela à comunidade internacional, nomeadamente às agências das Nações Unidas, às instituições financeiras internacionais e aos doadores, para que coordene a sua participação no terreno para evitar uma maior deterioração e o risco de colapso das instituições do Governo do Iémen.
6. Neste contexto, a UE continuará a apoiar a boa governação do Governo do Iémen. A UE apoia a unificação e a funcionalidade do setor da segurança do Governo, em especial no que diz respeito à reforma do setor da segurança civil e ao reforço das capacidades. A este respeito, a UE já aumentou o seu apoio à guarda costeira iemenita e está disposta a participar em novos

esforços com parceiros internacionais no reforço da capacidade da guarda costeira para patrulhar o mar e garantir a liberdade de navegação.

7. A UE está profundamente preocupada com o contínuo agravamento da situação humanitária no Iémen, onde 19,5 milhões de pessoas (60 % da população) necessitam de assistência humanitária e proteção. Pelo menos 9,6 milhões de mulheres e raparigas encontram-se em situação de necessidade extrema de assistência vital, estando particularmente dependentes dessa ajuda. Estima-se que 17,1 milhões de pessoas enfrentem uma grave insegurança alimentar, mais de 4,8 milhões estejam deslocadas internamente, 6 milhões de mulheres e raparigas estejam expostas a um risco elevado de abuso e exploração, 2,3 milhões de crianças sofram de desnutrição aguda e que o país represente 35 % dos casos de cólera a nível mundial. A escalada militar em curso, a crescente deterioração do ambiente operacional e as permanentes interferências na assistência humanitária imparcial em todo o Iémen, incluindo as detenções arbitrárias levadas a cabo pelos hutis, são prejudiciais aos esforços internacionais para ajudar o povo iemenita, agravando-se ainda com uma redução sem precedentes do financiamento internacional. A UE e os seus Estados-Membros condenam veementemente as contínuas detenções arbitrárias por parte dos hutis de pessoal local das agências das Nações Unidas, de ONG e de missões diplomáticas, e reitera o apelo urgente à sua libertação imediata e incondicional. A UE e os seus Estados-Membros continuam a ser um importante interveniente humanitário no Iémen, tendo a UE concedido mais de 1,6 mil milhões de euros em assistência global desde a eclosão do conflito em 2015. À luz da diminuição do financiamento da assistência internacional ao Iémen e do contexto operacional cada vez mais complexo, a UE apela a um aumento significativo da ajuda humanitária e insta todas as partes a garantirem um acesso humanitário pleno e sem restrições, em conformidade com o Direito Internacional Humanitário e os princípios humanitários, bem como com onexo entre ajuda humanitária e desenvolvimento, revendo e apoiando o quadro de resposta multilateral e reforçando o apoio à ação humanitária liderada localmente. A insegurança alimentar é grave: sem um apoio adequado, estima-se que mais 6 milhões de pessoas enfrentarão níveis de emergência de insegurança alimentar. A UE apoia a tão necessária decisão da ONU de dar prioridade aos programas humanitários que salvam vidas nas zonas mais gravemente afetadas, e apela aos doadores para que mantenham um compromisso conjunto e baseado em princípios, protejam o espaço humanitário e evitem uma catástrofe humanitária.

8. A UE e os seus Estados-Membros, na abordagem da Equipa Europa, mantêm o compromisso de continuar a prestar assistência ao desenvolvimento no Iémen, sempre que possível, com o objetivo de melhorar as condições de vida dos iemenitas através de investimentos na recuperação económica e em reformas, na criação de emprego e no reforço da resiliência do Estado e da sociedade, incluindo em domínios como a segurança alimentar, a agricultura, a eletricidade, a água, o saneamento e os serviços de higiene. A UE continuará a trabalhar no sentido de melhorar o acesso da população do Iémen aos serviços básicos, com especial destaque para as mulheres e os jovens.

9. A UE continuará a defender firmemente a proteção eficaz dos direitos humanos e o respeito pelo direito internacional humanitário em todo o Iémen, nomeadamente através de um acompanhamento e documentação contínuos, independentes e imparciais, de violações graves dos direitos humanos e do direito internacional humanitário. A UE está preocupada com a contínua repressão da sociedade civil e dos direitos das mulheres no Iémen, em particular pelos hutis. A UE continua profundamente preocupada com o impacto do conflito sobre a população civil e lamenta o elevado número de vítimas civis, bem como os ataques contra infraestruturas civis, nomeadamente os que resultam dos efeitos indiscriminados de minas terrestres e de explosivos remanescentes de guerra. A UE insta igualmente as partes a assegurarem que as crianças não sejam recrutadas para as forças armadas, não participem em hostilidades e sejam protegidas dos efeitos das hostilidades. A responsabilização e a justiça transicional são uma parte essencial do processo de paz; tanto o Governo do Iémen como os hutis devem empenhar-se em promover novas libertações de prisioneiros.

10. A UE condena a proliferação de armas que beneficia os hutis e outros grupos armados não estatais, incluindo organizações terroristas designadas, como a al-Shabaab e a Alcaida na Península Arábica, em violação do direito internacional, bem como o aumento drástico do tráfico de armas através do Iémen, do mar Vermelho e do Corno de África, pondo em risco a estabilidade regional. A UE continua preocupada com as alegadas ligações entre os hutis e a al-Shabaab, facilitadas por redes de criminalidade organizada ativas na região. Recordando a obrigação de todos os Estados respeitarem o embargo ao armamento imposto pela Resolução 2216 (2015) do CSNU, a UE apela a terceiros e, em especial, ao Irão, para que cessem o seu apoio e entregas de armas aos hutis e contribuam para o desanuviamento. A UE continuará a apoiar o Mecanismo de Verificação e Inspeção das Nações Unidas (UNVIM), apelando simultaneamente ao reforço do seu mandato, de modo a fortalecer o seu papel e melhorar a sua eficiência na aplicação da Resolução 2216 (2015) do CSNU. A UE manterá a opção de reagir

a comportamento destrutivo por parte dos hutis e à entrega de armas e material conexo aos hutis, nomeadamente através do recurso a novas medidas restritivas.

11. A UE manterá e reforçará a sua forte presença no mar Vermelho através da sua operação marítima defensiva EUNAVFOR ASPIDES, lançada em fevereiro de 2024, que continua a oferecer proteção aos navios comerciais em trânsito e, além disso, aumentará a sua contribuição para a sensibilização em matéria de segurança marítima, procurando sinergias com a EUNAVFOR ATALANTA. A UE continua empenhada em apoiar todos os esforços que estejam em conformidade com o direito internacional, a fim de assegurar a liberdade de navegação no mar Vermelho, proteger rotas marítimas fundamentais e ajudar a restabelecer os fluxos regulares de comércio através do canal de Suez, que liga ao mar Mediterrâneo, e insta todos os países da região a associarem-se a estes esforços. A UE saúda os resultados notáveis da operação ASPIDES, que acompanhou mais de 440 navios durante o seu primeiro ano de mandato e evitou uma grande catástrofe ambiental no mar Vermelho e nos Estados costeiros, bem como novas perturbações nas rotas marítimas da região. A UE apela a que os hutis ponham termo à prática de detenção indiscriminada e arbitrária de navios mercantes e das suas tripulações, à salvaguarda da segurança dos marítimos e à suspensão de todas as ações que obstruem o comércio internacional e a segurança regional.

12. A UE salienta a importância de uma estreita coordenação e cooperação com os parceiros internacionais para salvaguardar a segurança marítima no mar Vermelho, promover uma cooperação regional mais ampla e combater as fontes de insegurança marítima, nomeadamente através do trabalho dos respetivos representantes especiais da UE. Neste contexto, a UE reforçará a cooperação com os parceiros regionais, os Estados costeiros e os parceiros que partilham as mesmas ideias.